

3. Violência conjugal

Um casal que se relaciona de forma violenta põe em xeque o que socialmente é esperado de uma relação amorosa; ou seja, que haja demonstrações de amor, parceria e que apesar das diferenças e possíveis brigas ainda permaneça o respeito mútuo. Acredita-se que a existência de violência na família invalida a presença de amor entre os membros, no entanto, Corsi (2006) afirma que, como os episódios de violência são cíclicos, existem momentos afetuosos. No entanto, permanece presente o fantasma da possível situação violenta voltar a aparecer.

Para Araújo (2005), o amor e a violência no casal são faces de uma mesma moeda nas relações conjugais agressivas. A tensão envolvida nesses casos liga os parceiros em um jogo em que eles são unidos e afastados continuamente. Além disso, estão presentes diferentes expectativas projetadas entre eles, em relação aos valores sobre o amor, a paixão, o casamento e a família; e, ainda, os mitos, as crenças e as construções sobre as relações de gênero.

O que se observa é que em qualquer relacionamento interpessoal podem estar presentes inúmeros comportamentos que, apesar de inicialmente serem inócuos, por sua persistência e repetição fazem com que os tornem nocivos. Em momento de desavença é que pode ser observada mais claramente essa situação. Isto porque, envolve inúmeros sentimentos que quando são mal elaborados ou manejados insatisfatoriamente podem ocorrer reações excessivas nos momentos de conflito.

O conflito interpessoal está presente na interação social. Por meio dele, se expressam diferenças de interesses, de desejos e de valores entre os participantes. A sua presença pode favorecer o crescimento da relação, devido à necessidade de obter uma resolução que traga um equilíbrio mais estável que o anterior. Esse aparece em situações de confrontação, de competição, de queixas, de lutas e de disputas e resolvê-lo a favor de qualquer parte está relacionado à autoridade, ao poder, à atitude, à capacidade ou à habilidade dos indivíduos. O conflito não necessariamente leva a atitudes violentas, podendo ser até saudável. Portanto, é o método utilizado para sua resolução que determina a qualidade do evento, como maléfico ou não. Pode buscar resolver por meio de conhecimento e habilidade, ou mesmo por meio do uso do poder e da violência (Corsi, 2006).

É comum nos relacionamentos ocorrerem situações com as quais não se concorda ou em relação às quais se desejaria algum tipo de mudança. Nesses momentos é que a agressividade pode se tornar evidente, já que é a capacidade do ser humano em se opor ao meio. Não se trata de um conceito valorativo, porém descritivo, ou seja, não deve ser vista como negativa por si só, pois faz parte do comportamento humano. Além disso, pode ser fundamental para vencer obstáculos e dificuldades da vida (Corsi, 2006).

Em uma vertente psicanalítica, ela é um instinto humano inato que está ligado ao prazer e às gratificações, estando acompanhada de sensações de excitação e de fascinação. O autor afirma ser importante a existência da agressividade, até pela luta pela sobrevivência. Assinala também que mesmo havendo o conhecimento de sua existência, há um desagrado em percebê-la, ocasionando uma redução e subestimação inconsciente. Com o descontentamento e a insatisfação, podem se apresentar comportamentos hostis; assim como pode ser experimentada sensação de perda em casos de agressão externa e também quando o desejo não é satisfeito. Por conta da iminência da privação, a dependência pode levar à sensação de perigo e ao desejo, irrealizável, de autossuficiência e de liberdade independente (Rivière, 1975).

Este autor afirma que a origem da ansiedade de dependência se inicia quando o bebê não se vê dependente, uma vez que acredita que ele e o seio são um só, esperando que todos os seus desejos sejam satisfeitos. Entretanto, quando suas expectativas não são alcançadas, o bebê se torna consciente de sua dependência, sente ódio e o desejo de agredir. Concomitantemente, há sentimentos de privação, dor e apreensão, fazendo parte do mundo do bebê. Tal circunstância acarreta consequências psicológicas para a vida de todos, boas e ruins, já que por meio dela se conhece o amor sob a face do desejo, se distingue a dependência por meio da necessidade. Pode-se, portanto, na massividade de tal fenômeno haver o descontrole dos sentimentos e das sensações de ameaça de aniquilamento interno e externo (Rivière, 1975). No entanto, Rivière pontua que se desenvolve, a partir disso, a intensa: “necessidade de *segurança e proteção* contra esses tremendos riscos e intoleráveis experiências de privação, insegurança e agressão, internos e externos” (Rivière, 1975, p. 22). Assim, o trabalho de todos ao longo de suas vidas será garantir a autopreservação e os prazeres sem o risco de utilizar as forças

destrutivas que poderão destruir os outros (Rivière, 1975) e também a nós mesmos.

É importante salientar que a agressividade é um componente necessário à vida humana; entretanto, não pode ser confundida com agressão, que se refere à conduta a partir da potencialidade agressiva (Corsi, 2006). A agressão se refere ao comportamento intencional direcionado a prejudicar ou ferir outra pessoa (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). Ela pode adotar diferentes formas, como a motora, a verbal, a gestual ou a postural, sendo uma forma de comunicação que exterioriza a agressividade e que se origina no agressor e se destina ao agredido. É um comportamento em que se está presente a intenção do agressor em provocar dano (Corsi, 2006). Nesse conceito, deste modo, é imprescindível haver a intencionalidade de prejudicar, que pode ser inferida por meio de episódios anteriores ou que se seguem aos atos agressivos (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). Por outro lado, para Corsi (2006), a violência não tem como finalidade última agredir, mas conseguir certo objetivo a partir dos atos agressivos, apesar de também poder causar prejuízos às vítimas.

Sabe-se, no entanto, que a denominação de agressão depende da interpretação individual do *continuum* que vai desde a violência, até ao que está de acordo com o que está destinado socialmente a cada gênero (Saffioti, 1999). Um aspecto muito importante é analisar como se dá a definição de violência por parte das vítimas. Isso porque o discurso é ação, pelo uso efetivo da língua é possível praticar ações por meio dos atos de fala (Austin, 1999). Como se maneja a fala, logo, já é fazer algo. Para além dos conceitos científicos, como as vítimas caracterizam quais comportamentos são agressões e o que é pernicioso é importante para se compreender a resposta que elas têm sobre os eventos passados. Por conseguinte, conceituar violência não é uma tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que delimitar um conceito pode favorecer o estudo e o entendimento de determinado fenômeno, é bom lembrar que qualquer definição só pode ser compreendida a partir de um determinado contexto social e histórico. Michaud (1989) afirma que a violência é vista a partir de ponto de vista e critérios baseados nos fatores jurídicos, institucionais e sociais de cada época que classificará, ou não, certos comportamentos como violentos. Neste trabalho, postula-se que os comportamentos violentos podem trazer consequências traumáticas às vítimas.

Etiologicamente violência tem origem do latim *violentia*, que tem como significados violência, caráter bravio e força. *Violare* é o verbo que corresponde aos atos de violência, de profanar e de transgredir. O sufixo - *vis* - atribui às palavras os sentidos de força, vigor, potência, violência, emprego de força física, assim como quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de algo (Michaud, 1989).

Em todas as sociedades, de que se tem conhecimento, a violência esteve e está presente (Minayo, 1994). Entretanto, segundo Giffin (1994), existem sociedades em que não foi observada violência contra mulher. De acordo com Minayo (1994), atualmente há consenso de que a violência não tem origem biológica, portanto, não faz parte da natureza humana. É um fenômeno biopsicossocial que é criado e desenvolvido dentro da vida em sociedade, por isso é necessário compreender os aspectos históricos, assim como aqueles relacionados com a Política, a Economia, a moral, o Direito, a Psicologia, as relações humanas e institucionais e o plano individual. A compreensão da violência deve, por conseguinte, ser compreendida em rede e não de maneira individual.

No cotidiano, a palavra violência é utilizada com diversos significados e usos. A palavra pode ser usada para designar ações no âmbito social, no político e no pessoal. No entanto, Michaud (1989) pontua que a idéia central entre os usos se refere à força. Para ele, relaciona-se com a agressão e os maus-tratos, que sempre provocam marcas. Qualifica-se a violência segundo as normas especificadas, por isso as diversas definições de violência, segundo o autor.

O que se observa é que nem sempre a violência foi vista como um problema social. Só a partir da década de 1990 ela foi considerada como um problema de saúde pública (Angulo-Tuesta, 1997; Lamoglia, e Minayo, 2007). Embora não seja um problema específico da saúde, observou-se que a violência afeta a saúde (Minayo, 1994).

Apesar dos inúmeros estudos sobre violência no âmbito familiar e conjugal (Benghozi e Féres-Carneiro, 2003; Gomes, 2005; Hirigoyen, 2006; Bucher, 2003; Araújo, 2003; Saffioti, 1987, 1989, 1995) ainda são utilizados diversos nomes que aparentemente se relacionam ao mesmo fenômeno. É comum atribuir como sinônimos os termos violência familiar, doméstica e de gênero, o que para Saffioti (1999) não é a perspectiva mais adequada. Segundo a autora, violência familiar se refere ao grupo tanto unido pela consanguinidade quanto pela afinidade, podendo

ser da família nuclear ou extensa, sem a necessidade de viver sob o mesmo domicílio. Enquanto a violência domiciliar é aquela que é impetrada àqueles que vivem, mesmo que parcialmente, no domicílio do agressor, podendo ser a família, os agregados ou os empregados.

A violência de gênero, no entanto, alude à relação governada pela gramática sexual, em uma tentativa de ampliar o conceito de forma que o pólo não caia necessariamente no âmbito masculino (Saffioti, 1999). A agressão neste caso se daria a alguém por conta de pertencer a um determinado sexo, pelos papéis de gênero que se acredita que cada um deve exercer. O mais comum é que se tenha a expectativa de que o homem domine a mulher e esse pode usar da força para alcançar tal objetivo (Strey, 2004). Também se usa o conceito de gênero na tentativa de desconstruir a naturalização do feminino e do masculino, objetivando compreender a identidade sexual em uma dinâmica de relações sociais construídas em um momento histórico. Procura-se, desta forma, não correlacionar necessariamente as diferenças sexuais com as sociais (Giffin, 1994; Oliveira e Souza, 2006).

Sob esse prisma, é possível haver violência entre homem-homem e mulher-mulher, por exemplo, ao se disputar um cônjuge (Strey, 2004). Contudo, é importante ressaltar que o que se observa com mais frequência na cultura em que vivemos é a do homem contra mulher (Narvaz e Koller, 2006, Saffioti, 1999). Observa-se a tentativa de desconstruir o sexismo da violência, adjetivando-a *de gênero*, no entanto, a prática discursiva é que violência de gênero se refere à violência de homem contra mulher, ajudando na confusão dos conceitos. A violência de gênero, nestes moldes, foi caracterizada como uma epidemia global (Heise, 1994).

Outros autores utilizam os conceitos violência conjugal (Ravazzola, 1997) e violência no casal (Hirigoyen, 2006). Ravazzola (1997) emprega violência conjugal para designar a brutalidade de um homem contra sua parceira, sendo que ambos vivem uma relação afetiva e sexual, podendo ou não ser legalizada. Violência no casal é um termo usado por Hirigoyen (2006) que enfatiza a imposição pela força do poder de uma pessoa sobre a outra, ocorrida na intimidade entre casais heterossexuais ou homossexuais. Neste trabalho utilizarei o termo violência conjugal para designar a agressão física e/ou psicológica de um homem contra a mulher, mesmo sabendo que as mulheres também podem ser violentas em um relacionamento amoroso (Hirigoyen, 2006).

Hirigoyen (2006) aborda a dificuldade encontrada em diferenciar “a verdadeira violência” de uma briga entre os membros do casal. Para ela, a diferença está que no primeiro caso há assimetria na relação, sem respeito entre as partes e sem preservar suas identidades. Há o desejo de dominar e esmagar o parceiro. A autora questiona a visão parcial da análise da origem da violência no casal, já que para além das questões sociais e culturais, há a vulnerabilidade psicológica. Essa vulnerabilidade poderia ajudar a explicar porque pessoas em uma mesma cultura estariam às voltas com problema de violência, enquanto outras, em um mesmo contexto social, não.

3.1. Violência e saúde da mulher e da família

As agressões físicas provocam males que necessitam, muitas vezes, de intervenção médica e diagnóstica. Entretanto, ao sofrerem agressões o que se observa é que a maioria das vítimas de violência física, apesar de acreditar que necessita de cuidados médicos, não procura os serviços de saúde principalmente por vergonha de expor o problema e por sentir medo de represália do parceiro (Miranda, de Paula e Bordin, 2010).

Os ataques podem produzir uma série de consequências às agredidas, fatais ou não. Como decorrências mortais podem-se citar o suicídio e o homicídio. Apesar de não serem letais, há efeitos que causam muitos danos à vida da mulher vitimizada, como as doenças sexualmente transmissíveis, lesões corporais, doença pélvica inflamatória, gravidez indesejada, aborto espontâneo, dor de cabeça, problemas ginecológicos, abuso de álcool e drogas, aleijamento parcial ou permanente; assim como depressão, ansiedade, disfunção sexual, desordens da alimentação, problemas múltiplos da personalidade e comportamento obsessivo compulsivo (Heise, Pitanguy e Germain, 1994). Corsi (2006) assegura que frequentemente vítimas de violência crônica desenvolvem transtornos psicopatológicos como quadros de depressão, angústia e insônia.

Além dessas questões apresentadas acima, torna-se importante observar que quando as mulheres buscam os serviços de saúde pública, os profissionais não se sentem confortáveis para denunciar ou, até mesmo, relatar, nos prontuários, a existência de sinais de agressões, limitando-se a abordar objetivamente os sintomas por não terem a certeza de tratar-se de uma situação verídica. Ademais, pare-

ce que o protocolo dessas situações não é bem disseminado entre os profissionais, o que traz problemas no manejo da situação no momento em que a paciente comparece à consulta. Assim, o acontecido permanece em silêncio e com menores chances de tratamento global.

Outro dado preocupante é que durante a gravidez há alto risco para ocorrer agressões físicas. Nos EUA cerca de 15 a 25% de gestantes sofrem maus-tratos, o que favorece os defeitos congênitos surgirem (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). A agressão ao ventre da grávida, de acordo com Hirigoyen (2006), refere-se ao desejo de ataque à capacidade reprodutiva da mulher, sendo também o anseio de anular o outro como sujeito.

Araújo (2005) afirmou que o embotamento da capacidade de pensar é uma seqüela habitual entre as vítimas de violência, que sacrificam o pensar, utilizando mecanismos defensivos como se distanciar da consciência e inibir o potencial reflexivo, “para suportar a dor do aniquilamento do eu diante das agressões e das humilhações sofridas” (Araújo, 2005, p. 289).

3.2. Modalidades de violência

Azevedo e Guerra (2002) indicam a negligência, a violência física, a violência psicológica e a violência sexual como alguns tipos de violência. No entanto, Saffioti (1999) afirma que não acontecem separadamente as violências física, sexual, emocional e moral. Para a autora, a emocional e a moral sempre permanecem presentes em qualquer forma de agressão. A delimitação do que será caracterizado como agressão dependerá da interpretação individual do que se considera violência ou “normalidade” na sociedade, assim o que se espera de cada gênero.

No relatório mundial de violência e saúde (Krug, 2002) foi exposto que há dois padrões comuns na forma que se estabelece a violência entre parceiros íntimos. A primeira seria mais severa e se caracteriza por ter uma escala cada vez maior de diversas formas de abuso, terror e ameaças, além da presença de comportamentos possessivos e controladores do abusador. E o outro molde seria mais moderado em que a frustração e a raiva levariam à agressão física.

Hirigoyen (2006) liga as agressões físicas ao controle psicológico. Ela afirma que por meio dos golpes há o desejo de marcar o corpo e arrombar o envoltório corporal feminino, buscando o aniquilamento da resistência para possuí-la

inteiramente. Nas palavras da autora (p.46), “é a marca do jugo, é o sinal que permite ler no corpo controlado a aceitação da submissão”.

A organização Mundial de Saúde conceituou violência física os casos em que a mulher tenha apanhado do parceiro, ele tenha jogado algo sobre ela, ela tenha sido pressionada ou empurrada por ele, batida com o seu punho ou com qualquer outra coisa que poderia ferir-la, ter sido chutada, espancada e arrastada pelo companheiro; embargada ou queimada, ou tenha sido ameaçada por ele com uma arma. O termo violência sexual foi utilizado para os casos em que ela tenha sido forçada fisicamente a ter relações sexuais ou mesmo ter tido relações sexuais, tanto por medo de represália do parceiro quanto por ter sido forçada a fazer algo sexual que ela considerasse degradante ou humilhante (Krug 2002).

A violência física pode se apresentar de diversas formas, algumas serão especificadas a seguir. Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 1999), bater vem do latim *battere*, por *battuere* e tem como significados possíveis dar sucessivas pancadas ou golpes em; surrar; dar pancada(s) em alguém, espancar. O sentido de empurrar parece se referir ao que no dicionário Aurélio se refere a impelir com violência, empuxar; dar encontrões em (Ferreira, 1999).

Outra forma de violência é esmurrar. Decidiu-se analisá-lo separadamente de bater, apesar de aparentemente serem sinônimos, uma vez que o uso dessa palavra indica um caráter mais agressivo. Esmurrar, portanto, apesar de poder ter como sentido golpear, maltratar ou até mesmo tornar embotado (Ferreira, 1999), parece que o modo de uso do verbo refere-se ao sentido de dar murros em, ou seja, usar as mãos para agredir. Por isso, foi atribuído como sinônimo de “dar socos”, entretanto, sabe-se que o uso de “esmurrar” pode possuir um sentido mais violento que “dar socos”.

Existem alguns tipos de agressões que se utilizam de outras partes do corpo além das mãos para atacar. Enforcar é um exemplo que é a combinação de *en* + *forca* + *ar* e tem como sentidos possíveis supliciar na forca, suspender pelo pescoço em lugar alto, asfixiando, colgar, estrangular e asfixiar. Pode utilizar as mãos, mas também os braços ou algum objeto que propicie o enforcamento. Outras ofensivas possíveis são chutar e dar cabeçada. A primeira se refere ao ato de dar chute em, ou seja, se utilizar das pernas para machucar alguém e a segunda refere-se a dar pancada com a cabeça (Ferreira, 1999).

O abuso sexual em adultos se dá na forma de estupro e de coerção sexual. O estupro é definido como a violentação e a humilhação por meio de meios sexuais, com finalidade de expressar poder ou ódio. Segundo os autores, normalmente são necessidades não sexuais que motivam a agressão sexual. A definição de Kaplan, Sadock, e Grebb para estupro é a:

Perpetração de um ato de intercurso sexual com uma mulher, contra sua vontade e consentimento, quer sua vontade seja superada por força ou medo resultante de ameaça pela força ou por drogas ou intoxicantes, quando, em razão de deficiência mental, ela é incapaz de exercer julgamento racional, ou quando está abaixo da idade arbitrada para dar consentimento. O estupro pode ocorrer entre pessoas casadas e pessoas do mesmo sexo. (...) O crime de estupro exige apenas uma ligeira penetração peniana da parte externa da vulva da vítima, sendo desnecessária a ereção total e a ejaculação. Atos forçados de felação e penetração anal, embora frequentemente acompanham o estupro, são legalmente considerados como sodomia (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997, p. 745).

A coerção sexual, no entanto, é a dominação pela força para compelir o outro a participar do ato sexual. Existe outra forma de violência sexual; que envolve manipulações com a finalidade de punir ou forçar o cônjuge a manter relações sexuais que se recusa, que Ricotta (1999) denominou de jogos sexuais. Dentro desse conceito inclui o estupro e todas as formas de abuso por meio de jogos de poder em que o outro se vê obrigado a participar sem vontade.

Além das agressões físicas, existem outras formas de violência mais sutis, como a psicológica. Hirigoyen (2006) marca a importância em se estudar o aspecto psicológico da violência, sobretudo no casal, caracterizado pelo aspecto do controle. A autora afirma que há um roteiro nos comportamentos agressivos em casais: inicia-se com a violência psicológica que após a perda de sua “eficácia” faz-se uso de outras formas, como a física. A autora assinala que ambas estão sempre interligadas e presentes, e, que a presença unicamente da violência psicológica já pode trazer sequelas desastrosas a suas vítimas. Esta se caracteriza pela negação da individualidade do outro, o colocando como objeto: submisso, sob o controle e sob o poder do parceiro (a). E ainda há dificuldade em detectá-la, já que se estabelece por meio de *microviolências*: ataques verbais que inicialmente são sutis.

A autora especifica alguns tipos de violência psicológica: o controle, o isolamento, o ciúme patológico, o assédio, o aviltamento, as humilhações, os atos de intimidação, a indiferença às demandas afetivas e as ameaças.

O *controle* se baseia no desejo de vigiar o outro com o objetivo de dominar sua vida, seus comportamentos e até seus pensamentos. Para que a violência se prolongue, o agressor pode se utilizar do *isolamento* para retirar a pessoa de sua rede social fazendo com que sua vida esteja totalmente voltada para ele.

Quando há suspeitas infundadas, com uma conseqüente vigilância sobre a pessoa, ordenando que somente tenha contato com o cônjuge controlador, estamos diante do *ciúme patológico*. Nesse caso de violência há um repúdio à alteridade do outro, podendo chegar até a desvalorizá-lo.

Uma forma de violência que ocorre geralmente após o término do relacionamento é o *assédio*. Procura-se impregnar a capacidade de discernimento e fazer com que haja uma rendição por exaustão ou se utiliza de mecanismos de vigilância por telefone ou pessoalmente.

O *aviltamento* consiste em denegrir a pessoa buscando reduzir sua autoestima por meio de comunicações verbais e não-verbais de diminuição de seu estado mental e emocional, de seus comportamentos ou de qualquer coisa que lhe pertença ou esteja vinculada a ela. Há o desejo de que a pessoa perca a confiança em si mesma e passe a dar crédito à depreciação.

Nas *humilhações* se procura reduzir a crença na capacidade de ser amado(a) por alguém e também a autoestima. Não há respeito pelo outro, que serve apenas de refúgio para a raiva sentida por si mesmo (a). Comumente estão atreladas à sexualidade, trazendo mais vergonha e até mal estar em comunicar aos outros sobre o sofrido. Exemplos desses comportamentos são: cuspir, soltar flatos, jogar o dinheiro no chão.

Os *atos de intimidação* são ações indiretas de violência, por exemplo, ao expressar a raiva em objetos ou animais, que traz ao cônjuge sensações de ameaça e de hostilidade. Hirigoyen (2006) afirma que as intimidações têm o mesmo poder lesivo que a ação pronunciada. É ressaltado pela autora a importância em acompanhar e apoiar essas mulheres, uma vez que elas têm dificuldade em discernir o que seria realidade e manipulação nas falas dos parceiros. Quando a mulher decide partir, a agressão parece que se agrava; e surge, mais claramente, a chantagem. Assim, crescem os medos como o de represália e de que o companheiro adoeça ou

se suicide. É sugerido que se estabeleça, nesses casos, um plano de segurança para ajudá-las a ver melhor a situação. Além disso, como normalmente o agressor possui bom comportamento socialmente, a vítima sente-se constrangida e com medo de denunciar o agressor e ser desmentida (Ricotta, 1999).

Como o próprio nome diz a *indiferença às demandas afetivas* se refere à abdicação da expressão de qualquer sentimento positivo para a pessoa, é ignorar as necessidades e sentimentos do cônjuge, é a demonstração de rejeição ou desprezo ou até mesmo é buscar de propósito a insegurança do cônjuge pelo ambiente criado por meio da falta e da frustração. Exemplos dessa situação é recusar-se a sair com o parceiro, a falar com ele, a acompanhar às festas da família, ficar emburrado sem o parceiro saber a causa ou mesmo não levar em conta o estado físico ou psicológico do outro.

As *ameaças* trazem à baila as sugestões de que coisas negativas poderão ser feitas contra o cônjuge, os seus parentes e amigos; ou, até mesmo, contra o próprio ameaçador, como se suicidar. A autora afirma que as consequências psicológicas da ameaça de suicídio são muito intensas já que pode levar a vítima a acreditar que é responsável pela morte do suicida. Enfatiza, também, que as ameaças têm o mesmo poder de fazer mal que o próprio ato que se prenuncia.

O que caracteriza as ações citadas serem consideradas como violências é a sua repetição, por ocorrerem por um longo período e as trocas serem assimétricas. A violência serve para manter a dominação do agressor sobre o outro. Este nega a violência que comete que, por ser psicológica, não há testemunhas e a própria vítima duvida de sua existência.

Ricotta (1999) apresenta como modalidades de violência psicológica que podem se apresentar na família a negligência e a rejeição afetiva, os controles financeiros ou econômicos, as críticas constantes, o excesso de lógica e de racionalidade, os jogos mentais, a disputa pelo poder e a dupla mensagem.

A negligência afetiva se refere à falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse pelas necessidades e manifestações do outro. A rejeição afetiva alude às manifestações de depreciação e agressividade que, por pertencer ao mundo subjetivo, torna-se difícil de ser detectada (Ricotta, 1999).

Controles financeiros ou econômicos são manipulações do outro de acordo com o próprio interesse para exercer o controle. É uma forma de dominação do outro segundo os interesses do detentor de poder (Ricotta, 1999)

Por meio das críticas constantes, há a desqualificação do outro, privada ou publicamente. É extremamente agressiva, pois põe o parceiro em posição de inferioridade e causa feridas emocionais. O crítico garante com esse comportamento a posição de superioridade extrema, daquele que detém o saber e a onipotência; além de se autoafirmar por meio da oposição fantasiosa com a outra pessoa, mais fraca. Com isso, ele consegue por momentos ocupar o lugar de poder e de força e de admiração de si mesmo, o que em condições naturais não possui. Por isso, há dependência do outro para se sentir valorizado. Esse comportamento é desgastante e proporciona a perda do senso crítico e da realidade. Nessas circunstâncias estão presentes em demasia a inveja e a competição, já que somente um dos parceiros pode se destacar. É uma relação em que falta ética e escrúpulos (Ricotta, 1999).

A racionalidade proporciona a distância na relação, evitando o contato mais próximo. O uso exagerado da lógica repele as emoções, as sensações, os desejos e os sentimentos. A escassez de afetividade revela a deficiência de expressão dos afetos, a falta de troca de sentimentos e de toque entre os parceiros; e pouca demonstração de carinho. Os jogos mentais são artifícios semelhantes às torturas psicológicas em que são utilizadas perguntas e chantagens emocionais para se conseguir o controle e a intimidação do cônjuge. Convida-se o outro a jogar por meio do desafio; no entanto, a recompensa é insatisfatória, uma vez que é mais usual haver perdas (Ricotta, 1999).

Para Ricotta (1999), com a disputa pelo poder sempre se busca definir um ganhador. Essa união se estabelece pela diferença e é mantida por interesses econômicos, empresariais, políticos, familiares e emocionais desvirtuados e mal resolvidos.

A comunicação ambígua constante, também chamada de dupla mensagem, proporciona confusão sobre o real sentimento para com o outro, levando à desconfiança, dúvida e insegurança. Essa prática provoca estrago violento na capacidade perceptiva do indivíduo, complicando a capacidade de discernimento dos afetos, sensações e percepções da realidade (Ricotta, 1999).

Para Ricotta (1999), esbravejar, gritar palavras ofensivas, faltar com a educação, ser grosseiro ou ríspido ao falar e tocar e expulsar alguém de um lugar são formas de maus-tratos e de agressão.

3.3. Papel de cada um na violência

Em relação à violência, é necessário compreender o lugar da vítima e do agressor nesse processo. Uma das hipóteses é que a violência contra a mulher pode ser uma maneira que maridos abusivos, impacientes e impulsivos usam para deslocar fisicamente a agressão provocada por outros para suas esposas. Para isso, o sujeito se identifica com o agressor (pai, patrão) apresentando comportamento de testagem (“ela ficará comigo, não importando como eu a trate?”), desejos distorcidos de expressar masculinidade e de desumanização da mulher. A agressão é permitida por se acreditar que a mulher é propriedade do homem (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997).

Em adultos, a agressão se dá com maior frequência entre cônjuges, sendo a mulher a vítima mais habitual. Todas as raças, religiões e camadas socioeconômicas são suscetíveis a esse comportamento. Entretanto, é mais comum em famílias com problemas de uso exagerado de substâncias, como o álcool e *crack* (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997). A violência e a agressão se apresentam em muitas situações clínicas, como, por exemplo, nas intoxicações com álcool e outras substâncias, nos transtornos cognitivos ou abuso da criança e também nos atos antissociais crônicos. Parece que a ocorrência da violência se dá por meio do rompimento do equilíbrio entre os impulsos e o controle externo (Kaplan, Sadock, e Grebb, 1997).

Saffioti (1999) procura dar um panorama sobre a violência, trazendo dados históricos e jurídicos que mostram a complacência da sociedade frente à violência doméstica. A autora destaca que uma característica da violência é a rotinização, dando a cada gênero um papel pré-estabelecido, levando à co-dependência e à consolidação da relação fixada. Para ela, o relacionamento violento é uma prisão (Saffioti 1997, 1999).

Giddens (1992) conceitua a pessoa co-dependente como aquela que precisa se dedicar às necessidades de outra pessoa para se sentir seguro, necessitando disso para estabelecer sua autoconfiança. O relacionamento é considerado co-dependente quando um membro se liga psicologicamente ao outro que possui algum tipo de comportamento compulsivo. Quando o vício da pessoa é a relação amorosa, o autor a nomeia de relacionamento fixado.

Citando Gordon, Saffioti (1999) analisa a violência não como uma expressão de um indivíduo violento, mas como uma trama familiar composta por sujeitos que de alguma forma compõem o cenário apresentado. Araújo (2005) observa também que o atendimento de um dos parceiros em terapia individual com foco na dinâmica conjugal já produz mudanças na relação amorosa agressiva, pois ajuda na compreensão de como produzem e reproduzem a violência. Gomes (2005) acrescenta que a violência pode ser o desejo de realizar fantasias masoquistas do outro e também uma forma de estabelecer relações de poder na família. Aspectos transgeracionais também estão presentes, já que o papel e a função dos membros da família podem ser determinados por três gerações e pelos mitos familiares (Gomes, 2005).

Outra questão importante é o que faz com que se escolha um parceiro violento. Freud (1910/1980) afirma que há influência dos modelos parentais na preferência e vinculação conjugais e familiares, sendo transmitidos através das gerações a partir do complexo de Édipo (Gomes, 2005). As mulheres vítimas de violência na infância se tornariam mais vulneráveis à violência por incapacidade de discriminar a confiabilidade de outras pessoas, levando-as, possivelmente, a sofrer violência de gênero. Os homens, por sua vez, tenderiam a se tornar algozes, já que aprenderam, no passado, que não há quem socorra a vítima (Strey, 2004). No entanto, Araújo (2005) expõe que no caso da violência conjugal os papéis de vítima e algoz são intercambiáveis, uma vez que nem sempre ela é passiva, apresentando alguma resistência, e ele, sem perceber, acaba prisioneiro da dinâmica agressiva que estabelece. Ambos, portanto, se utilizam de estratégias de poder, de dominação e também de submissão.

Narvaz e Koller (2006) consideram a existência de um padrão de transmissão das experiências de violências ao longo de gerações, citando como exemplo casos em que mulheres vítimas de violência conjugal na atualidade presenciaram na infância suas mães em circunstâncias de vitimização. Outros estudos (Bucher, 2003; Gomes, 2005, 2007) assinalaram que há influência de outras gerações nos casos de violência no seio familiar. Kaplan, Sadock e Grebb (1997) afirmam que por volta de 50% das mulheres agredidas cresceram em lares violentos e que essas têm como traço principal a dependência.

Miller (1997) percebe o desprezo sob o menor e o mais fraco como a possibilidade do agressor se defender contra os próprios sentimentos de impotência,

criados a partir das situações de abuso que vivenciou na infância. A autora destaca casos em que agressores se sentem mais fortes ao menosprezarem os sentimentos e as próprias crianças. Miller vê esse adulto como “criança insegura” que se utiliza de mecanismos de defesa (o desprezo, a racionalização, o deslocamento, a idealização e ainda o mecanismo de transformar a dor passiva em comportamento ativo) para que a história da humilhação e do desprezo da infância não venha à tona.

Para Miller, quando se idealiza a pessoa significativa abusadora, a denúncia da agressão pode vir a aparecer por meio da perversão ou da neurose obsessiva. Torna-se, portanto, oculto o conhecimento da crueldade por meio da infância idealizada, levando à reprodução da violência. Os sofrimentos emocionais infantis conservam-se impenetráveis, criam-se possibilidades de novas e sutis humilhações para os descendentes. Assim, a autora ressalta ser extremamente importante acabar com a transmissão entre as gerações desse legado destrutivo.

A violência familiar é explosiva por conta da tensão acumulada, decorrente de conteúdos internos incompreendidos e mal elaborados. O comportamento expresso com nível de intensidade e agressividade fora do adequado à situação provoca tensão. Produz-se um efeito que Ricotta (1999) chamou de bumerangue ao se complementar a atitude violenta do agressor. Após o ataque, espera-se uma resposta que consolide o ciclo necessário ao surgimento e à expressão concreta da violência na relação. Quando o outro não participa disso, torna-se evidente a inadequação da explosão do agressor frente à situação. A autora afirma que “se a outra parte não faz o papel esperado (complementar) de vítima, o indivíduo agressor terá de se haver unicamente consigo mesmo, sem poder responsabilizar o outro por seu estado” (p. 61). Parece que o ataque vem na expectativa de provocar uma reação para que possa acalmar a carga de tensão acumulada. Assim, Ricotta (1999) esboça o padrão composto entre o agressor e a vítima. Após se estabelecer a relação entre dominador e dominado, forma-se um ciclo em que ambos se retroalimentam. A passividade da vítima faz crescer a motivação do agressor para um novo ataque, que se sente induzido a permanecer nesse modelo de relacionamento. Enquanto o dominador apresenta comportamentos violentos físicos, verbais, de controle e abusivos, possui sentimentos de posse, dominação e de poder sobre o outro. Os sentimentos que a vítima apresenta são a culpa, a raiva, a exclusão e o

medo, e seus comportamentos correspondentes são a submissão e a provocação desafiadora para novas ofensivas.

A violência é permeada por inúmeros atos, como humilhações, xingamentos e ofensas que parecem projetar as partes de si mesmo atacadas, desvalorizadas e maltratadas em outros objetos. Isso se dá tanto quando o sujeito se identifica com o eu sofredor quanto com o objeto algoz (Kernberg, 2007).

Ao retroalimentar o ciclo de violência, a vítima oferece um modelo de resposta ao estímulo recebido que mantém o abuso. Isso acontece quando ela se submete ou quando assume o papel do agressor, provocando a submissão ao outro. Portanto, com essas respostas ela permanece na dinâmica agressiva, tornando-se também agente. Esse comportamento viciado mantém o jogo entre os dois, independentemente de quem os pratique. Falta espontaneidade e sobra previsibilidade no papel de ambos, cada um imagina como será a reação do outro. É importante para acabar com a cadeia interminável desvendar e distinguir no casal as condutas que fortalecem e impulsionam a prática de maus-tratos (Ricotta, 1999). No entanto, cabe ressaltar que as vítimas não provocam a violência do agressor, apesar de os homens não se responsabilizarem ao buscar explicações para seus atos a partir dos comportamentos femininos (Corsi, 2006). O que parece que Ricotta (1999) pontuou é que existe uma dinâmica que retroalimenta, mas não parece existir o desejo por parte da autora em culpar a mulher pelos maus-tratos sofridos.

A violência permanece em segredo principalmente por conta da vergonha e do encobrimento da vítima. Essa situação faz com que a agredida se torne cúmplice do agressor. Para Ricotta (1999), quebrar a barreira do silêncio e compreender emocionalmente a questão podem permitir que não se manifestem as agressões nas ligações afetivas e amorosas.

Outro aspecto relevante é que ao se conviver em ambientes violentos perde-se a sensibilidade da qualidade dos relacionamentos, seja como deveria ser tratado ou como deveria se relacionar com os outros. É comum observar rudeza em quem tem registrado internamente maus-tratos (Ricotta, 1999).

Em se tratando do agressor, observa-se que esse tem dificuldade em registrar a raiva que a vítima tem dele, por haver falta de consciência das implicações de seus atos. Parece que envolve um processo de negação em que se encobre o significado do comportamento violento, servindo de pretexto para que as invasões

e o controle sobre a pessoa submissa permaneçam. Falta empatia e com isso não se avaliam as consequências de seus atos na outra pessoa (Ricotta, 1999).

O agressor perde a sensibilidade e o discernimento sobre seu comportamento e sentimento. Expressa de forma estrondosa para demonstrar seu tamanho e poder, sem medir o impacto que causa. Porém com essa dinâmica ele perde a possibilidade de vivenciar uma relação amorosa, gratificante e prazerosa, assim como de uma convivência saudável em que a individualidade de cada um seja aceita, sem necessidade de corresponder ou demonstrar o domínio sobre o outro (Ricotta, 1999). Com isso, repete-se a dinâmica da falta de amor e de saúde nos relacionamentos.

Algumas razões que podem levar à produção de violência entre o casal são a rejeição afetiva grave e a negligência parental na infância. A primeira marca a carência na formação pessoal e a segunda gera desamparo e desproteção. Sabe-se que é comum o agressor adulto ter tido vivências de situações abusivas, maus-tratos e de violência em sua infância e na adolescência. Essa compreensão ajuda a verificar a extensão dos danos causados e quais as consequências disso na vida do sujeito, com relação à qualidade de vida e dos vínculos que se estabelecerão. Frequentemente as mulheres sentem pena de seus esposos por conta dessas experiências infantis, influenciando na desresponsabilização dele frente aos seus atos (Ricotta, 1999). Tal aspecto parece indicar a crença das vítimas que o passado pode justificar a violência, como se a compreensão levasse ao perdão. Ainda sobre a rejeição afetiva, Ricotta acrescenta:

A rejeição afetiva é de difícil detecção e merece uma intervenção positiva contínua para minimizar o peso doloroso e subjetivo resultante de sua experiência na infância e adolescência. É necessário muito reforço positivo para que se possa transformar na pessoa a crença de que ela é um ser carente e não pode construir um mundo gratificante para si. Os registros da infância e adolescência marcados pela rejeição, somados à depreciação, desvalorização e agressividade por parte do agressor, tornam a pessoa propensa à condição de submissão à violência (Ricotta, 1999, p. 52).

As práticas violentas das relações interpessoais são normalmente ocultadas pelos agressores, mas também pelas vítimas. Essas tendem a minimizá-las e negar os resultados devastadores dos abusos. Essa situação é influenciada em grande parte pelo grau de envolvimento que a agredida tem com seu algoz. Ela o protege

conforme o seu desejo de eliciá-lo, inconscientemente, a permanecer no ciclo de violência, deixando-a permanecer na posição de inferioridade. Há ganho secundário no papel de vítima, uma vez que ajuda a introjetar nos outros a pena e a compaixão de forma que ela fique alheia ao conflito. A raiva e a revolta que deveriam pertencer a ela são, portanto, deslocados para as testemunhas, que se responsabilizam e mobilizam seus sentimentos para atacar o algoz. Deste modo, ela fica livre para não mobilizar energia e seus sentimentos, como raiva, indignação, decepção e tristeza, ficam fora de seu alcance subjetivo. O ambiente e pessoas externas tomam partido, enquanto a vítima fica livre até para perdoar o seu carrasco (Ricotta, 1999). Além disso, Saffioti (1994) acrescentou que por conta do homem socialmente não ser violento, as mulheres se inibem em denunciá-lo.

Deste modo, a entrada de um terceiro que se conecta às emoções provenientes da relação conjugal violenta pode estabilizar o casal. São deslocados para o intruso os sentimentos negativos frutos dos confrontos, enquanto os cônjuges se unem novamente. Portanto, parece ser uma armadilha assumir sentimentos alheios, já que isso desresponsabiliza os envolvidos e somente ajuda a aliviar a carga da tensão e não resolver o problema. A vítima manipula os outros de forma que façam o que ela deveria fazer, como assumir seus próprios sentimentos, se defender e se impor para receber o tratamento respeitoso. Além disso, esse comportamento torna-se prejudicial para os que participam de forma passiva, como os filhos, familiares e amigos, que buscam resolver a questão à maneira deles (Ricotta, 1999).

Outro aspecto que dificulta a autodefesa da vítima é o seu autoconceito de inferioridade. Caso se reconhecesse positivamente, poderia cessar o círculo vicioso. Como possui baixa autoestima, aceita os valores que o agressor lhe atribui. Acredita que seu lugar é estabelecido pelo outro, o algoz, dando a ele a posição de senhor de seu destino. E a vítima também estabelece o lugar do carrasco, assim “ambos são referendados pela posição que o outro lhe confere. Fica totalmente distorcida a função existencial de cada um, que é de desenvolver e assumir valores e referenciais acerca de si mesmo” (Ricotta, 1999, p. 56).

Hirigoyen (2006) afirma que o primordial para sair da relação violenta é admitir que seja impotente frente à mudança do outro, passando a se preocupar consigo mesma. Enquanto algumas mulheres poderão perceber a periculosidade mais rapidamente que outras, saindo mais depressa, outras por conta da vulnerabi-

lidade terão maior dificuldade. A reação será mais satisfatória se não tiverem vivência de abusos na infância, possuírem uma boa autoestima, tiverem adequadas relações sociais e autonomia financeira. De tal modo, será mais fácil sair da dinâmica no início da relação, ou seja, quando ainda não se instalou o processo de submissão. Segundo Ricotta (1999), o ciclo de violência termina quando a vítima não aceita mais participar do jogo, quando denuncia o comportamento destrutivo de forma a estancá-lo. Isso poderia ser alcançado por meio de conversa franca e definitiva.

O processo de saída da situação violenta é lento, podendo ser preciso várias idas e vindas para que a mulher possa amadurecer a partida e testar sua autonomia, principalmente emocional. Nesse processo pode adquirir confiança em si mesma e material para apaziguar seus medos, inclusive àqueles incitados pelo parceiro. Adquire-se aos poucos suficiente segurança e determinação para que se possa definitivamente abandonar o cônjuge caso ele volte a agredi-la. Hirigoyen (2006) considera esse ir e vir positivamente, no entanto, é comum as críticas às mulheres que têm esse comportamento, até mesmo por profissionais de saúde. Os juízos negativos podem fazer surgir nelas sentimentos de impotência e fracasso.

Após a vítima decidir sair de casa o cônjuge passa a tentar recuperá-la; seja por meio de minimizações da gravidade dos seus atos, até suplicando ou prometendo mudanças. Também pode lançar mão de ameaças; até contra a própria vida (Hirigoyen, 2006).

Na época em que decidem partir, as mulheres estão na maioria das vezes em um estado físico e moral muito comprometido, sentem forte culpa, até mesmo porque o homem que estão abandonando é aquele que amam ou amaram. Preocupam-se mais em como ficará o parceiro e quais serão suas reações do que como ficará a situação delas. Esgotadas, sentem-se desencorajadas sobre as providências que precisam dar conta. Há o sentimento de falta de recursos. Ignoram seus direitos, não sabem para onde ir e ainda têm dificuldade em pensar o que poderão dizer aos filhos. Além disso, com a saída de casa permanece a esperança que o companheiro mude após o choque (Hirigoyen, 2006).

Assim, mesmo com a decisão de abandonar a residência, costumam não ter o desejo de se divorciarem, inicialmente. Elas conservam esperança sobre a mudança de seus parceiros por um longo período. Acreditam que a ruptura poderá influenciar na correção deles como uma advertência. É comum sentirem pena,

necessidade de perdoá-los e ainda de ajudá-los mesmo com o afastamento (Hirigoyen, 2006).

O que pode influenciar os comportamentos de cada participante é como vivenciam a violência, sendo habitual a produção de afetos ou pensamentos dolorosos ou mesmo insuportáveis. Nessas conjunturas pode-se lançar mão de defesas, que segundo Anna Freud (1978) é o ego lutando contra essa dor. O mecanismo de defesa que busca inverter os fatos reais aos seus opostos é a negação (Anna Freud, 1978). Aquele que divide a experiência ou o objeto em bom e mau é a cisão. Por um lado, essa última ajuda na discriminação da realidade, mas, por outro, quando em excesso pode dificultar a integração dos objetos (Segal, 1975). A falta de prevalência de experiências boas sobre as más pode levar o sujeito a usar a identificação projetiva de forma alterada, estilizando tanto o que se projeta no objeto, quanto o próprio, indicando uma aversão à realidade interna quanto externa (Segal, 1975). Cabe salientar que se faz uso de mecanismos de defesa para que se possa lidar da melhor forma possível com as situações que se vive. Inicialmente, é uma forma criativa que o sujeito encontrou para se distanciar das emoções ou pensamentos insuportáveis para ele. Para que o mesmo possa lidar com as inúmeras situações da vida, terá que utilizar vários mecanismos, dentre eles a cisão e a negação. Por outro lado, quando atuam de forma massiva é necessário ajuda na elaboração dos mesmos, ou seja, que o sujeito possa se apropriar dos mecanismos, porém de forma mais saudável. Nesses casos, Barros (2004) expõe a necessidade de não apenas levantar as repressões ou propiciar um ambiente facilitador, mas também restaurar as funções mentais perdidas para que seja possível pensar sobre experiências antes impossíveis de serem pensadas ou sentidas. Isto porque, com a mente cindida, o sujeito torna-se incapaz de simbolizar, uma vez que não há comunicação entre as diversas instâncias psíquicas, não conseguindo, assim, pensar os sentimentos. Com isso, a vida pode perder o sentido e a capacidade de pensar torna-se bloqueada, não sendo imaginável nem a concepção de certos pensamentos. Acredito que nos casos de violência é necessário levar em consideração esses mecanismos tanto nas vítimas como nos algozes.